

A POLÍTICA FISCAL NO GOVERNO BRITTO, 1995-1998.

A partir de 1994, a economia gaúcha, de forma similar à economia nacional, foi submetida ao forte impacto da reordenação da política macroeconômica do País com o surgimento do Plano Real. Caracterizada por forte base agropecuária e exportadora, ressentiu-se, mais do que o conjunto do País, dos efeitos da depressão dos preços agrícolas e da âncora cambial, os quais têm sido importantes sustentáculos do Plano Real.

Dois eventos foram muito importantes neste processo: a abertura para o exterior e a estabilização da moeda. Até o Governo Collor, os setores econômicos eram protegidos contra a concorrência externa através de uma política de comércio exterior fundamentada na substituição de importações, que, por sua vez, era lastreada em fortes incentivos creditícios e fiscais às exportações e em barreiras tarifárias que protegem o mercado interno.

Na economia gaúcha, os setores industrial e agrícola respondiam às diretrizes políticas sinalizadas pelo Governo Federal, orientando sua produção para o mercado externo. Até 1994, o Rio Grande do Sul obteve os maiores superávits comerciais gerados no País. Com o Plano Real e a conseqüente estabilidade dos preços, toda a economia brasileira passou a se adaptar ao processo de globalização e abertura econômica. Esta última trouxe uma maior competitividade entre os produtos nacionais e os similares estrangeiros.

A crise que atravessou a economia gaúcha refletiu, em parte, a retração do produto agrícola nos anos 1995-96. Essas dificuldades relacionam-se, pois, ao aumento da concorrência internacional a que vem sendo submetido o Estado, decorrente da abertura das fronteiras comerciais, especialmente do Mercosul. Isso impactou diretamente importantes setores da economia gaúcha, causando taxas negativas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) estadual.

Efetivamente, nos dois primeiros anos da atual administração o PIB estadual decresceu 0,6%. Porém, a política fiscal adotada pelo governo do Estado de atração de novos investimentos mediante incentivos fiscais, de melhoria salarial do funcionalismo e de privatizações trouxeram, já em 1997, resultados concretos: o PIB estadual cresceu 5,7% contra 3,6% do PIB nacional. A política adotada refletiu diretamente na taxa de crescimento da indústria gaúcha que cresceu, em 1997, a taxa duas vezes superior a nacional. (10,5% do RS contra 4,9% do BR).

Em 1994, antes de assumir o Governo Estadual, a equipe do Governo Britto formulou proposta de política fiscal para subsidiar amplo programa de Reforma do Estado, Ajuste Fiscal e Renegociação da Dívida Pública.

O novo Governo deparou-se com uma situação fiscal difícil, a estabilidade econômica trouxe acentuada redução nas receitas financeiras. Os prejuízos com a queda da inflação, somados à retração econômica, tiveram influência significativa sobre o desempenho global das finanças estaduais, caracterizada por alta participação dos gastos com pessoal no agregado da receita, por endividamento em títulos submetido a crescimento exponencial, por limites muito evidentes para ganhos no crescimento da receita corrente e, principalmente, sem as facilidades que o período inflacionário criava para o setor público.

A capacidade de investimento do Estado com recursos próprios exauriu-se. Como decorrência, a qualidade e a abrangência dos serviços públicos, assim como a recomposição e a expansão da infraestrutura, apresentavam-se comprometidas.

Diante desse quadro desafiador e complexo, se impunham quatro linhas de ações principais: (i) o esforço permanente para conter os gastos correntes, (ii) a busca de solução para o insustentável crescimento automático do endividamento público, (iii) as iniciativas destinadas a aumentar as receitas correntes e, por fim, (iv) o incremento da receita líquida a partir de esforço concentrado de desmobilização de ativos.

O desafio que tivemos pela frente para reformar o Estado alcançou magnitude ainda não totalmente compreendida pela sociedade gaúcha. As ações encaminhadas por este Governo podem ser tematizadas em três eixos principais:

1. *A passagem do Estado intervencionista para o Estado Regulador: o Programa de Reforma do Estado;*
2. *A passagem do Estado paternalista para Estado competitivo: a Reforma na Gestão Pública;*
3. *A passagem do Orçamento deficitário para o Orçamento equilibrado: o Programa de Ajuste Fiscal.*

1. A passagem do Estado intervencionista para o Estado regulador: o Programa de Reforma do Estado

A mudança de um Estado intervencionista para um Estado regulador implica a *reforma patrimonial*, onde a produção de bens e serviços, notadamente na área de infraestrutura, deve ser repassada à iniciativa privada. O Estado intervencionista de fato esgotou sua capacidade de expansão, o que é demonstrado pelos déficits de

infraestrutura em todo o País. Este é um fato aceito por pessoas de qualquer matiz ideológico ou político.

Além do mais, no atual estágio de desenvolvimento, o setor privado adequadamente regulado é mais eficiente que o setor público na produção de bens e serviços. Esta passagem, que deve ser feita através de privatizações ou concessões, objetiva ampliar o espaço da iniciativa privada na economia, aumentando o investimento e melhorando a qualidade dos serviços públicos nas áreas chave, para reforçar a competitividade do País.

No caso do Rio Grande do Sul, nossa primeira medida de reforma foi a extinção de três empresas estatais que ou eram deficitárias ou não justificavam mais sua existência (CINTEA, COHAB e CORLAC). **O Programa de Reforma do Estado**, lançado ao final de 1995, estimulou a venda de ações, extinção e alienação de empresas estatais. As iniciativas do Governo convergiram para retomar investimento em infraestrutura básica e melhorar o serviço público, através de parcerias com a iniciativa privada, privatizações, concessões e retomada do acesso a financiamentos internacionais e nacionais para investimentos de longo prazo.

As principais medidas implementadas foram a alienação de participações societárias do Estado na CRT e parte na CEEE. A CEEE foi dividida nas áreas de distribuição (Distribuidora Norte-Nordeste, Distribuidora Centro-Oeste e Distribuidora Sul-Sudeste), de geração hídrica, de geração térmica e de transmissão. As duas primeiras distribuidoras foram alienadas com ágio de 88,1% sobre o preço mínimo fixado. A empresa de geração térmica foi constituída e repassada à União por conta da renegociação da dívida estadual. As demais áreas permanecem sob controle público, constituindo-se na CEEE remanescente. Dos recursos advindos da privatização da CEEE, R\$ 1,1 bilhão se destinaram a promover o saneamento financeiro da CEEE remanescente, enquanto o restante, descontados os custos de privatização, foram repassados ao Tesouro do Estado (R\$ 1,9 bilhão). A Companhia União de Seguros Gerais também foi alienada por R\$ 50 milhões, ficando estes recursos no Banrisul.

A alienação das empresas de energia e telecomunicações resultaram num ingresso líquido para o Tesouro, entre 1996 e 1998, de R\$ 3,6 bilhões.

Optamos, também, em promover a concessão na prestação de serviços públicos nas áreas de rodovias e portos, sendo alienados igualmente imóveis de pouca utilidade para o Estado.

Foi nosso objetivo, com essas ações, alcançarmos um Estado que, em parceria com a iniciativa privada e preservando seu poder regulador, assegurasse a qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade a preços competitivos.

Para exercer o papel de órgão regulador foi criada a Agência de Regulação de Serviços Públicos (AGERGS), pioneira nacionalmente como agência voltada precisamente à regulação dos serviços públicos privatizados e/ou concedidos.

2. A passagem do Estado paternalista para o Estado competitivo: a Reforma na Gestão Pública

A segunda mudança refere-se à passagem de um Estado paternalista a um Estado competitivo numa economia aberta e globalizada, implicando a reforma *da gestão pública*.

É, talvez, a mais difícil das mudanças, porque implica trabalhar com um paradigma absolutamente diverso daquele adotado no passado.

No caso da Educação, com a Gestão Democrática descentralizamos o gerenciamento, aumentando o poder dos diretores das escolas quanto à autonomia em relação à despesa, permitindo que a própria comunidade escolar defina o que é melhor para o funcionamento da escola, liberando a alta gerência do setor educacional ao controle da qualidade do ensino. Lançamos também um programa para municipalizar o ensino básico, que é controlado em mais de 60% pelo Estado.

Implantamos programas de melhoria de gestão bem-sucedidos nas áreas de Segurança Pública e Saúde.

Na administração fazendária, estabelecemos Plano de Ação Estratégico baseado numa filosofia do tipo “fazer os administradores administrarem”, através da definição de metas por áreas de atuação, ao lado de ambicioso programa de treinamento de funcionários em gestão pela Qualidade. Também descentralizamos a fiscalização do trânsito de mercadorias, através de parcerias com os Municípios, e concentramos nosso quadro de fiscais no monitoramento setorial e de grandes contribuintes. Os resultados foram altamente positivos, tanto no atendimento das metas de aumento de receita, quanto no controle do gasto público.

Para os órgãos cuja administração já é descentralizada, no caso fundações e autarquias prestadoras de serviços específicos, passaram a ser definidas metas de resultados trimestrais e anuais através de compromissos de gestão controlados por um comitê de racionalização do gasto público, subordinado diretamente ao Governador.

Para as empresas estatais, estabelecemos rigorosos programas de saneamento financeiro, contratos de gestão com monitoramento de metas e resultados, e a eliminação total das transferências de recursos por parte do Tesouro do Estado.

O Governo do Estado implantou novo padrão de gestão com os Municípios, desconcentrando as atividades do setor público em busca de

maior eficiência. Esta desconcentração está baseada na parceria e na mútua colaboração, eliminando todas as formas de paternalismo e condicionando repasses voluntários do Tesouro à adesão ao Programa de Mútua Colaboração Estado-Município. Este esforço complementa-se com a valorização dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e a implementação da consulta popular quanto aos investimentos regionais prioritários, que visam definir e implementar projetos de desenvolvimento regional integrado e relativamente autônomo.

Com as empresas privadas, o Governo do Estado estabeleceu novas bases de relacionamento através de parcerias na prestação de serviços públicos nas áreas de infraestrutura e das Câmaras Setoriais, que reúnem todos os segmentos da cadeia produtiva, visando tomar iniciativas setoriais voltadas para a redução de custos e o aumento da competitividade.

Finalmente, construímos um novo modelo de gestão pública na área financeira, promovendo o saneamento e modernização do Banrisul e a constituição de uma sólida agência de fomento, através da transformação da Caixa Econômica Estadual em Caixa Estadual – Agência de Desenvolvimento.

O governo do Estado desencadeou a implantação do Programa de Qualidade na Administração Pública, que já conta com a adesão de 66 órgãos públicos do RS.

3. A passagem do Orçamento Público deficitário para o Orçamento equilibrado: o Programa de Ajuste Fiscal

A terceira grande mudança provém da rápida passagem de um cenário hiperinflacionário para uma economia estabilizada, como ocorreu após o Plano Real. No curto prazo, o impacto desta mudança sobre as finanças públicas foi profundo. Foi necessário elaborar uma nova gestão financeira, os problemas que antes estavam embaixo do tapete vieram à superfície e passaram a exigir um equacionamento.

O Governo Britto foi o primeiro a administrar o Estado num contexto de estabilidade dos preços. Ao longo dos últimos quatro anos, esta Administração, com o apoio da sociedade riograndense e do Poder Legislativo, realizou um esforço para recuperar as taxas de crescimento da nossa economia, reformar a envelhecida máquina estatal, ampliando parcerias com o setor privado e redefinindo a política tributária do Estado.

Em ambiente hiperinflacionário, a arrecadação crescia acompanhando a inflação. Ao mesmo tempo os salários dos servidores e os créditos dos fornecedores não acompanharam o ritmo dos preços. O déficit público era “maquiado” e protelado seu enfrentamento.

A partir do Plano Real, o ordenamento das finanças públicas requereu a implementação de um *ajuste fiscal* duro para equilibrar as

receitas e despesas e *equacionar a dívida pública*. Este ajuste implicou a ampliação das receitas públicas e forte redução das despesas, buscando produzir superávit orçamentário, amortizar dívida e recuperar a capacidade de investimentos. A reestruturação da dívida objetivou adequar seus custos às disponibilidades da receita fiscal.

Diante disso, ao Governo Britto não restou outra alternativa senão buscar o ajuste estrutural das finanças públicas estaduais, de modo a recuperar o equilíbrio orçamentário duradouro e o aumento da capacidade de investimentos com recursos próprios, atuando simultaneamente em três frentes, representadas pelo Programa de Reforma do Estado e Programa de Ajuste Fiscal e Reestruturação da Dívida Pública. Foi preciso recuperar a capacidade de o Estado retomar o seu papel de indutor do desenvolvimento.

Note-se que são incluídas neste último Programa as iniciativas pioneiras do Governo Britto em termos de busca do ajuste fiscal, muitas das quais se anteciparam às proposições do Governo Federal e metas fiscais acordadas com a Secretaria do Tesouro Nacional, durante o processo de renegociação da dívida pública estadual.

O Programa de Ajuste Fiscal e Reestruturação da Dívida Pública envolveu um esforço decisivo de alteração da política fiscal vigente, buscando atrair investimentos, aumentar as fontes de receitas e reduzir as despesas de custeio, buscando restabelecer o equilíbrio operacional perdido nos últimos anos. A execução orçamentária foi bastante diferenciada, pela quebra de vários paradigmas, como um programa de demissões voluntárias, pelo lado da despesa, e a venda de participação acionária de empresas estatais, que permitiu novos ingressos de receita.

Ao lado dos Programas de Reforma do Estado e do Programa de Ajuste Fiscal, o Governo Britto implementou uma nova política tributária baseada na retomada da competitividade da economia gaúcha frente aos demais Estados brasileiros, através do ajuste de alíquotas e da carga tributária. Podem ser citadas como exemplo a desoneração tributária das exportações e dos bens de capital, as medidas tomadas nas áreas do aço, do frango, do fumo e das bebidas.

O instrumento básico para efetivação desta política tributária foi o Fundo Operação Empresa – **Fundopem**. Este concede incentivo financeiro a empreendimentos de pequeno, médio e grande porte, em nível regional e setorial. Fruto desta nova política tributária, estimulou-se a competitividade e a complementaridade da nossa matriz industrial, fortalecendo, desse modo, a economia do Estado e assegurando maior crescimento da arrecadação tributária nos próximos anos.

Essa política de atração de investimentos suscitou a vinda de uma série de novos empreendimentos, cuja descrição e impacto no mercado de

trabalho e setores de atividade econômica podem ser vistos através do Quadro 1.

Quadro 1

PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS PRIVADOS NO ESTADO

Empresa	Cidade	Investimento US\$ milhão	Emprego Direto	Setor
Complexo Ford	Guaíba.	1.000	1.500	Automobilístico
Souza Cruz	Cachoeirinha	860	2.300	Agroind. Cigarros
Copesul	Triunfo	680	200	Petroquímica-1ª geração
Complexo GM	Gravataí	600	2.000	Automobilístico
Refinaria Alberto Pasqualini (Petrobrás)	Canoas	600	300	Refino de petróleo
Brahma	Viamão	600	400	Bebidas
Grupo Gerdau	Nova Santa Rita	350	300	Siderurgia
OPP	Triunfo	300	148	Petroquímica-2ª geração
Philip Morris	Santa Cruz do Sul	227	265	Agroind. Cigarros
Ipiranga Petroquímica	Triunfo	215	100	Petroquímica-2ª geração
Casa Blanc Florest	Rio Grande	216	1.500	Agroind. Madeira
Innova	Triunfo	200	220	Petroquímica-2ª geração
Agrale/Navistar	Caxias do Sul	200	1.000	Automobilístico
Grupo Gerdau	Sapucaia do Sul e Charqueadas	190	700	Siderúrgica Aços Finos
Goodyer	Glorinha	180	150	Pneus
Pirelli	Gravataí	170	700	Pneus
Petroquímica Triunfo	Triunfo	130	50	Petroquímica-2ª geração
Parque Temático Marechal Osório	Tramandaí	127	1.100	Lazer
DHB Componentes	Porto Alegre	84	475	Autopeças
SLC/Deere Company	Horizontina	70	616	Implementos Agrícolas
Elegê	Sta Rosa e Alto Jacuí	55	660	Laticínios
Santer	Guaíba	52	100	Papel
Borrachas Vipal	Nova Prata	51	534	Pneumáticos
Souza Cruz	Santa Cruz do Sul	49	217	Agroind. fumo
Dell Computer	Alvorada	128	760	Informática
Sports Cars	Farroupinha	22	60	Automobilística
Outros		217,8	12.244	
TOTAL		7.573,8	28.599	

O Fundopem atraiu 617 empresas e estão previstos investimentos na ordem de US\$ 7,8 bilhões, os quais deverão gerar 65.997 postos de trabalho diretos. O incentivo possui programas setoriais específicos que atende de maneira diferenciada diversos setores econômicos. O balanço de suas operações pode ser assim descrito:

- 378 protocolos assinados;
- 617 empresas beneficiadas, sendo 476 pequenas e médias (investimentos até US\$ 10 milhões);
- 65.997 empregos gerados;
- US\$ 7,8 bilhões em investimentos;
- US\$ 5,4 bilhões de incremento líquido na receita (dos US\$ 10,6 bilhões da receita futura prevista, o Estado concederá benefícios de US\$ 5,2 bilhões).

3.1. Objetivos e Metas do Programa de Ajuste Fiscal

Após cerca de três anos de negociação, no dia 15 de abril de 1998, o Governo gaúcho definiu com o Governo Federal o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal de Longo Prazo do Estado do Rio Grande do Sul, conforme determina a cláusula décima-sexta do Contrato de Confissão, Assunção e Refinanciamento de Dívida. Sua efetivação, no entanto, ocorreu em 16.11.98, quando a União assumiu dívidas do Estado no montante de R\$ 10.580 milhões. O Estado refinanciou, por sua vez, a dívida contratual de R\$ 7.930 milhões junto ao Governo Federal, montante este que comparado ao valor assumido pela União corresponde ao subsídio de R\$ 2.650 milhões. Do endividamento assumido pelo Estado, a parcela de R\$ 677 milhões será abatida correspondendo ao valor da conta gráfica. O saldo de R\$ 7.253 milhões será refinanciado nas condições abaixo:

- a) Juros: 6% a.a.;
- b) prazo: 360 meses;
- c) tabela *price*;
- d) atualização: IGP-DI;
- e) comprometimento máximo do serviço da dívida intralimite de 13% da RLR, sendo 12% em 1998, 12,5% em 1999 e 13% a partir do ano 2000 até ano 2012, decrescendo a partir de então, até que não exista saldo devedor.

Pelo Programa, o Governo deverá cumprir metas fiscais para que a trajetória da relação entre a dívida e a Receita Líquida Real (D/RLR) seja decrescente, alcançando o valor igual a um em 2012. O objetivo do Programa é alcançar o equilíbrio fiscal e financeiro do Estado a médio e longo prazos.

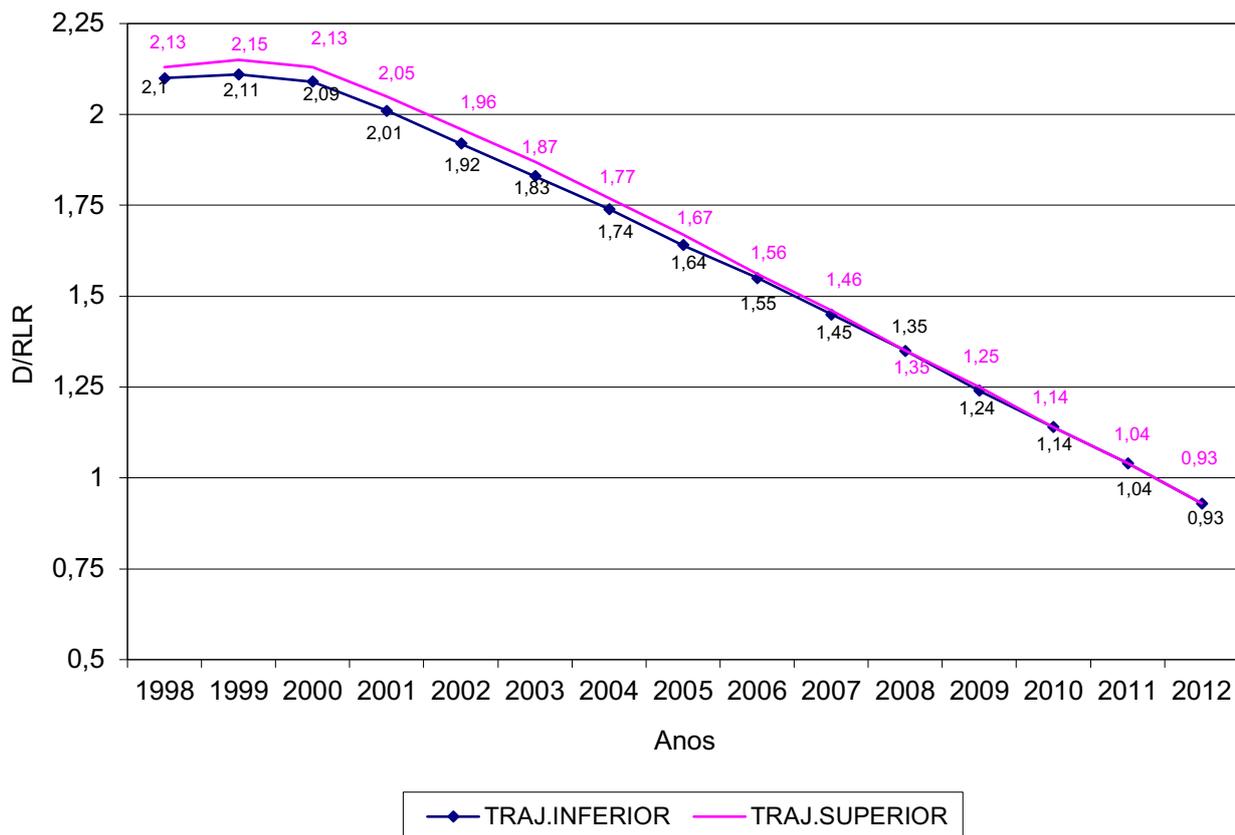
As principais vantagens obtidas pelo Tesouro do Estado com a renegociação global da dívida pública foram:

- redução do custo financeiro das dívidas, da taxa selic ou equivalente, para IGP-DI mais juros de 6% ao ano;
- subsídio de R\$ 2.650 milhões, referentes à diferenças entre o montante assumido pela União e o valor refinanciado ao Estado na data da efetivação do Contrato;
- redução dos serviços da dívida de 47% da RLR- eram todas roladas- para 16% da RLR, sendo 13% referentes dívidas intralimite e 3% a extralimite.

A figura 1 apresenta as trajetórias inferior e superior da relação dívida/receita, sendo que na superior estão considerados os novos empréstimos acertados em protocolo. Foram incluídos cinco projetos, no montante de R\$ 290,5 milhões, financiados por instituições financeiras internas e externas, os quais estão listados a seguir:

Projeto Novo Financiado	Entidade	Valor (R\$ milhões)
✓ Manutenção da Malha Rodoviária BIRD		78,1
✓ Projeto: Corredores de Transporte Eximbank		83,7
✓ Projeto: Linha Rápida	BNDES	38,6
✓ Projeto: Pró Moradia	CEF	5,0
✓ Projeto: General Motors – GM	BNDES (*)	85,0
✓ Obs:		
(*) não efetivado		

Figura 1 TRAJETÓRIAS INFERIOR E SUPERIOR DA RELAÇÃO DÍVIDA/RLR



Para tanto, o Estado deverá manter o *déficit* primário, em trajetória descendente, observados os valores máximos de R\$ 600 milhões em 1998, de R\$ 354 milhões em 1999 e de R\$ 236 milhões no ano 2000. *Entende-se por resultado primário a diferença entre o total de receita e total da despesa, excluídas, para ambos os totais, as parcelas relacionadas a dívidas, empréstimos, remuneração do ativo disponível, participações e privatizações.*

O Estado também deverá realizar receitas patrimoniais – provenientes da alienação de ativos do Programa de Reforma do Estado, que compreendem privatizações, alienação de participação acionária e concessão de serviços públicos – suficientes para cobrir os novos serviços da dívida refinanciada e da conta gráfica, além de uma reserva de R\$ 500 milhões em 1998 para compor a formação do Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado (FAP). O montante das receitas de alienação de ativos deverá ser de R\$ 3.774 milhões em 1998 e R\$ de 850 milhões em 1999.

O Quadro 2 demonstra a evolução do resultado primário da Administração Direta do RS, adotando-se (ou não) o Programa. Como se observa, o Programa leva a uma melhoria fiscal, gerando a poupança necessária ao equilíbrio orçamentário do Tesouro Estadual de R\$ 803,0 milhões entre os anos de 1998 e 2000, equivalente a 0,26% do PIB estadual.

Quadros 2

Evolução do Resultado Primário com ou sem o Programa de Ajuste

Itens	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Soma
Sem programa de ajuste	-405	-618	-767	-801	-671	-521	-3.783
Com programa de ajuste	-405	-618	-767	-600	-354	-236	-2.980
Melhoria com programa				201	317	285	803

A obtenção de *déficits* primários em trajetória decrescente pressupõe a melhoria das receitas próprias do Estado, tanto para financiar os gastos em geral quanto para capitalizar o Fundo de Aposentadoria e Pensões. Para tanto, o Governo estadual deverá incrementar suas receitas tributárias próprias, nos próximos três exercícios, nas seguintes taxas:

	1998	1999	2000
Taxa Mínima Anual de Crescimento Real (*)	9,5%	4,3%	2,5%

(*) Líquido do impacto da Lei Complementar 87/96 (Lei Kandir)

Na área da despesa pública, o Governo do Estado deverá atuar particularmente com dois componentes básicos: pagamento de pessoal e gastos de investimentos. No primeiro, a meta do Governo é reduzir o comprometimento do gasto com pessoal/Receita Corrente Líquida, nos exercícios financeiros de 1998 a 2000, respectivamente, de 7%, 1% e 1% (não considera os efeitos do FAP). Para implementar essa redução, o Governo do Estado propõe-se a:

- atenuar progressivamente o crescimento vegetativo da folha de pagamento dos atuais 3%, controlando a expansão das vantagens e benefícios;
- extinguir cargos vagos;
- reduzir progressivamente os contratos de trabalho temporários, à medida que vencerem, sem queda na qualidade dos serviços prestados;
- controlar a reposição dos servidores aposentados, inclusive nas funções essenciais do Estado;
- envidar esforços, em coordenação com os demais Poderes, visando à manutenção das transferências a esses Poderes, no máximo, nos níveis da execução orçamentária de 1997;
- municipalizar a educação fundamental, em comum acordo com os municípios e respeitadas as competências constitucionais, a partir de 1998;
- implementar programa de treinamento e aproveitar os servidores estáveis, inclusive professores, pessoal das áreas de saúde e segurança, bem como funcionários da ex-CEE transpostos para o Estado;
- formular e propor à Assembléia Legislativa Estadual a criação do FAP.

Quanto aos investimentos, o Governo do Estado direcionará os gastos para áreas prioritárias, com base no aporte adequado de contrapartidas de recursos, provenientes da alienação de ativos, e no acesso a financiamentos externos já contratados e em fase de contratação. A atual administração programou os níveis máximos dos gastos de investimento e demais despesas de capital em relação à Receita Líquida Real nas seguintes bases:

	1998	1999	2000
Relação Máxima Gasto de Investimento/RLR(*)	15%	10%	11%

(*) Inclui as rubricas contábeis: investimento e demais despesas de capital

Alienação e Concessão de Ativos

De acordo com o item 13 do Memorando, o ajuste fiscal estrutural do Rio Grande do Sul passa necessariamente pela reforma patrimonial, que busca, através da alienação de ativos, da municipalização e da concessão de serviços públicos à iniciativa privada, os seguintes objetivos:

- a) reorientar a atuação do Estado, racionalizar os dispêndios com pessoal, priorizar as áreas de educação, saúde, segurança pública e infraestrutura básica;
- b) manter os investimentos essenciais e aumentar a eficiência dos serviços oferecidos à população; e
- c) reduzir a dívida do estado a níveis sustentáveis.

O Quadro 4 apresenta a origem e destino dos recursos oriundos das alienações de bens, realizadas em 1996 e 1997, como também as programadas para 1998 e 1999.

Quadro 4
ORIGEM E DESTINO DOS RECURSOS ORIUNDOS DE ALIENAÇÕES
Posição em 15/04/98

R\$ milhões correntes

DISCRIMINAÇÃO	1996	1997	1998	1999	TOTAL
Origem	633	1813	3774	850	7070
<u>1. Alienação de Participações</u>					
<u>Acionárias</u>	633	1813	3774	850	7070
CEEE -(notas 1,2, 3 e 4)	150	1779	1923	700	4552
CESA					
CORAG			31		31
CORSAN 49% das ações ordinárias			300		300
CRM			166		166
CRT (nota 5)	483	34	1.100		1.617
PROCERGS			53		53
SULGÁS 1/3 da part.			200		200
VARIG			1		1
BANRISUL				150	150
Destino	633	1813	3774	850	7070
<u>1. Amortizações de Dívidas</u>		363	1150	0	1513
Conta gráfica MP 1560		0	650		650
Amortização Dívida CGTE			500		500
Custo das operações venda CEEE/CRT		363			363
<u>2. Outras Destinações</u>	633	1450	2624	850	5558
- FAP e outros		0	500		500
- Empréstimos à empr. privada – GM/FORD		253	200		453
- Outras (inclusive Invest. e Amort.)	633	1197	1924	850	4605

- (1) 1996 - Quantia referente à alienação ocorrida em 1996 junto à CADIP (antecipação por conta de privatização)
- (2) 1997 - Alienação da Distribuidora Norte-Nordeste, oriunda de redução do capital da CEEE (R\$ 1,635 bilhões); alienação à CADIP (R\$ 101,7 milhões) e a funcionários da CEEE (R\$ 42 milhões).
- (3) 1998 - Valor equivalente à alienação de 49% da empresa de transmissão (R\$ 852,5 milhões), mais a totalidade da empresa de geração térmica (R\$ 655,8 milhões), mais parte da Distribuidora Centro-Oeste (R\$ 415 milhões)
- (4) 1999 - Valor referente à alienação de 49% da CEEE remanescente.
- (5) 1996 -Quantia referente ao valor bruto da alienação da CRT (R\$130 + R\$567 milhões), subtraindo-se a despesa do BNDES (R\$ 43 milhões) e o custo com a aquisição das ações junto à CADIP (R\$ 171 milhões).

Fonte: Memorando de Políticas do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal de Longo Prazo do Estado do Rio Grande do Sul.

Elaboração: Governo do Estado do Rio Grande do Sul

De acordo com o Memorando, as concessões de serviços públicos têm o objetivo de suportar a crise de abastecimento atual, mediante aumento de eficiência operativa e melhoria na prestação dos serviços, além de ampliação dos investimentos indispensáveis, sem pressão

sobre as finanças públicas. As concessões do Estado do Rio Grande do Sul dizem respeito essencialmente às áreas de recursos hídricos, abastecimento e transporte, a saber:

- transferência, por arrendamento, à iniciativa privada, do Sistema Integrado de Tratamento de Efluentes Líquidos (SITEL). O processo de arrendamento teve início em 1996, faltando a finalização dos trabalhos de avaliação patrimonial, definição das condições do arrendamento e assinatura do contrato;
- concessão de obras hídricas para irrigação, compreendendo os seguintes Sistemas: (i) Sistema Rio Vacacaí e Arroio das Canas – São Gabriel; (ii) Sistema Saguão e Gusmão – Dom Pedrito; e (iii) Sistema Arroio do Silva – Dom Pedrito;
- transferências, por contrato de comodato de 20 anos, das Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul – CEASA/RS, as quais estão sendo regionalizadas no interior;
- concessão de serviços públicos rodoviários, cobrindo cerca de 2.200 quilômetros de rodovias, incluindo nove Polos de Concessão Rodoviária: – Pelotas, Vacaria, Lajeado, Santa Cruz do Sul, Metropolitano, Gramado, Caxias do Sul, Santa Maria e Carazinho;
- transferência do Porto de Rio Grande para a iniciativa privada, com excelentes resultados em termos operacionais, no comparativo com os demais portos do país.

Visando ao aumento de produtividade e à redução de despesas, o Governo estadual promoveu a extinção da CINTEA – Companhia Estadual de Estradas Alimentadoras do Rio Grande do Sul e da CORLAC – Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos e está em processo adiantado de liquidação a COHAB – Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul.

3.2. A Reorganização do Sistema Financeiro Estadual

Diante da crise do Sistema Financeiro Nacional e da intenção do Governo Federal de reestruturar o setor, a atual administração manteve o controle de seu sistema financeiro, ao invés de adotar o caminho da privatização ou liquidação. O Sistema Financeiro Estadual apresentava deficiências patrimoniais elevadas, que geravam necessidades de provisionamentos com consequentes e elevados prejuízos operacionais. As alternativas possíveis para solução do problema eram:

1. Capitalização do Banrisul e da Caixa Econômica Estadual com recursos próprios;

2. Adesão ao Programa de Estímulo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES, com financiamento de 100% (privatização, extinção ou transformação); e
3. Adesão ao PROES, com financiamento de 50% (manutenção do controle estatal).

Frente essas alternativas, escolheu-se a transformação da Caixa Econômica Estadual em Caixa Estadual S.A - Agência de Desenvolvimento e a reestruturação do Banrisul sob controle estatal, fortalecendo-o como banco comercial.

O modelo adotado pela atual administração possibilitou o financiamento total da transformação da CEE em agência de fomento, que exigirá R\$ 599 milhões, dos quais R\$ 353 milhões para cobrir a sua deficiência patrimonial, R\$ 119 milhões para o deságio na Carteira Imobiliária e FCVS e R\$ 127 milhões para a capitalização da nova agência de fomento.

A reestruturação do Banrisul exigiu capitalização de R\$ 1.400 milhão por parte do Estado. Para promover esse aumento de capital do Banrisul, o Estado contou com financiamento do Governo Federal (PROES), no montante de R\$ 700 milhões, a ser pago em 30 anos com juros de 6% ao ano e correção monetária pelo IGP-DI.

Os restantes R\$ 700 milhões correspondem à contrapartida do Estado e não contaram com recursos do PROES. Foram cobertos com a assunção pelo Estado de dívida atuarial do Banrisul junto à Fundação Banrisul, no montante de R\$ 522 milhões, a serem pagos em 30 anos com juros de 6% ao ano e correção monetária do IGP-DI, bem como por dívidas do Banrisul junto ao BNDES no valor de R\$ 174 milhões, a serem pagas num prazo de 5 anos ao custo de TJLP, acrescido de 8% de juros ao ano e mais R\$ 4 milhões com recursos próprios do Tesouro Estadual.

A reestruturação do Sistema Financeiro Estadual totalizou R\$ 1.999 milhões, como demonstra a Tabela 1.

TABELA 1
FINANCIAMENTO DA REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
ESTADUAL DO RS (PROES)

ITENS	Em R\$ milhões		
	PROES	CONTRAPARTIDA	SOMA
1. Restruturação do Banrisul S/A	700,00	700,00	1.400,00
Deficiência Patrimonial	662,70	178,00	840,70
Deficiência de Reservas	-	522,00	522,00
Fundação			
Modernização Tecnológica	37,30	-	37,30
2. Reestruturção da CEE	599,00	-	599,00
-Deficiência Patrimonial	353,00		353,00
-Deságio na Carteira Imobiliária e			
FCVS (1.330,0 - 1.211,0)	119,00		119,00
-Capit .da Agência de Fomento	127,00		127,00
TOTAL	1.299,00	700,00	1.999,00

O montante de financiamento assumido no PROES pode ser comparado com o de outros bancos estaduais, conforme a Tabela 2 a seguir.

TABELA 2
COMPARAÇÃO ENTRE O PROES DO SISTEMA FINANCEIRO ESTADUAL
E O DE OUTROS ESTADOS

INSTITUIÇÃO	VALOR em R\$ bilhões	MODELO
Banespa	30,0	Privatização
Banerj	6,4	Privatização
Bemge	1,5	Privatização
Credireal	0,8	Privatização
Baneb	0,8	Privatização
Bandepe	0,9	Transf. AD
CEE	0,6	Transf. AD
Banrisul	0,7	Manutenção
Nossa Caixa/Nosso Banco	7,0	Manutenção
Banestado	2,3	Manutenção

3.3. Avaliação do Programa de Ajuste Fiscal

3.3.1. Receita Pública

As ações principais do programa de ajuste fiscal sobre as receitas foram a campanha “Paguei, Quero Nota” e o Projeto Mãos Dadas, de estímulo à participação popular no combate à sonegação; a melhoria gerencial; o monitoramento dos grandes contribuintes; intensificação da cobrança de devedores e a completa informatização da fiscalização e do processo administrativo tributário.

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), no Rio Grande do Sul, aumentou em 5,3% e 2,93% em 1995 e 1996, respectivamente, em 1997 apresentou queda de 7,3%. Em 1998, estima-se arrecadação de R\$ 4,3 bilhões e crescimento de 9% (incluindo as transferências da Lei Kandir).

A receita tributária do Estado, conforme demonstra o Quadro 5, cresceu 13,5% no biênio 1995-1996, mesmo com a economia tendo decrescido 0,7%. Em 1997, apesar do decréscimo provocado pelas perdas da Lei Kandir, ainda assim arrecadou-se 8,8% a mais do que em 1994 (ou um acréscimo absoluto de R\$ 448 milhões). Em 1998 a arrecadação voltou a crescer em 8,3% a mais que no ano anterior, 18% a mais do que em 1994, um acréscimo absoluto de 911 milhões. Pode-se comprovar, portanto, que mesmo com todas as dificuldades, o atual Governo, inegavelmente, elevou a receita tributária do Estado para um novo patamar.

Quadro 5

Rio Grande do Sul

Evolução da Receita Tributária Ajustada (1), 1994-1998.

Em R\$ milhões - Valores reais de outubro/98.

Ano	Valor	Variação % sobre o ano anterior	Variação Absoluta sobre 1994	Variação % Sobre 1994
1994	5.064			
1995	5.536	9,3%	471	9,3%
1996	5.749	3,0%	685	13,5%
1997	5.513	-4,1%	448	8,8%
1998 (2)	5.976	8,3%	911	18,0%

Fonte: Secretaria da Fazenda

(1) Entende-se por receita tributária ajustada o somatório da receita de impostos, taxas e transferências da União.

(2) Valor realizado até outubro e estimado até dezembro.

O IPVA também contribuiu substancialmente para o aumento das receitas públicas entre 1995 e 1998. As alterações efetuadas na forma de cobrança - automatização e novas facilidades para o pagamento, permitiram que arrecadação deste tributo duplicasse no período, saltando de R\$ 160,6 milhões em 1994 para R\$ 294,3 milhões em 1997, sendo que em 1998 se estima o montante de R\$ 327 milhões. A taxa de crescimento acumulada no período do Governo Britto é de 104%.

3.3.2. Despesa Pública

Para conter as despesas foi desencadeado amplo leque de iniciativas objetivando reduzir o comprometimento da receita corrente líquida com pessoal. As principais ações foram o programa de incentivo ao afastamento voluntário do serviço público e a correspondente extinção de cargos vagos; a imposição de um teto para o salário dos servidores; o fim de incorporações de vantagens salariais; a redução das promoções por tempo de serviço; a redução no número de funções gratificadas e a criação de um fundo para financiar a aposentadoria dos funcionários, que antes era sustentada exclusivamente pelo Tesouro. Este conjunto de ações implicou a *redução* de 20 mil servidores - equivalente a 6% do contingente de servidores. Para as demais despesas correntes impusemos rígidos limites orçamentários aos órgãos e entidades, concomitante a uma maior liberdade gerencial.

Se examinarmos a despesa pública do Estado, seu crescimento foi maior do que o da receita neste período, estando precisamente aí a causa do déficit operacional do orçamento do Estado de R\$ 38,5 milhões em 1995, R\$ 500,4 milhões em 1996, R\$ 379,9 milhões em 1997.

A oposição sistemática vê nestes resultados o “esgotamento” financeiro do Estado, sem examinar lhes a origem. Se o fizesse, constataria outra verdade que tampouco serve aos seus propósitos críticos. À diferença dos tempos de inflação crônica, o aumento da despesa pública no atual Governo decorreu fundamentalmente do crescimento real da folha de salários pagos aos servidores, que era de R\$ 3.130 milhões em 1994, tendo aumentado para R\$ 3.813 milhões em 1995 e passando para R\$ 4.186 milhões, R\$ 4.049 milhões e R\$ 4.314 milhões (projeção) em 1996, 1997 e 1998, respectivamente (ver Quadro 6).

Esse crescimento resultou integralmente do aumento real de salários e outras vantagens, que beneficiaram especialmente aos servidores que ganham menos. Os professores tiveram aumento salarial de 89,24% em 4 anos, com ganho real de 33,41% acima da inflação. Aos soldados da Brigada Militar e aos investigadores de Polícia Civil foram concedidos aumentos de 118,63% e 97,81%, respectivamente, com ganhos reais de 54,13% e 39,45%.

Não houve elevação do número de servidores do Estado, cujas matrículas reduziram-se de 262.456 em 1994 para 257.737 em 1997, ou seja, menos 4.719 na Administração Direta do Estado. Estes números não levam em conta as empresas estatais, onde a redução do número de servidores foi ainda maior (16.169 funcionários).

Quadro 6

Rio Grande do Sul

Folha de Pagamento dos Servidores Públicos, 1994-1998

em R\$ milhões - Valores reais de outubro/98.

Ano	Valor	Varição Absoluta Sobre 1994	Varição % sobre 1994
1994	3.130		
1995	3.813	683	21,8%
1996	4.186	1.056	33,7%
1997	4.049	919	29,3%
1998*	4.314	1.184	37,8%

Fonte: Secretaria da Fazenda

(*)Valor realizado até outubro e estimado até dezembro.

Teria o atual Governo errado ao promover melhoria do salário de seus servidores, na medida em que causou este forte impacto na despesa de pessoal do Estado?

Entendemos que não, uma vez que, após anos e anos de achatamento salarial, estava em jogo restabelecer mínimas condições de trabalho para que os servidores pudessem continuar prestando serviços públicos à sociedade gaúcha em áreas tão essenciais como educação, segurança e saúde.

No Governo Britto, a relação Pessoal e Receita Corrente Líquida (RCL) no acumulado até outubro atingiu 76,6% e a projeção até dezembro é de 77% da RCL, 4 pontos percentuais inferior à média dos últimos três anos. Esta queda denota o enorme esforço do Governo para readequação da despesa com pessoal à Lei Camata e ao cumprimento do Memorando estabelecido com o Governo Federal (Quadro 7).

Quadro 7

Lei Camata

Período	Percentual
1995	80,8%
1996	83,4%
1997	79,4%
Média 1995-1997	81,2%
1998 (projetado)	77%

Se examinarmos, ainda, as três funções mais importantes do Executivo estadual: Educação, Saúde e Segurança, constataremos que ao longo do atual governo foi realizado enorme esforço para ampliar os recursos destinados a essas áreas. Comparando-se os anos de 1994 e 1998, verifica-se o acréscimo real de R\$ 489,0 milhões, ou 35% em termos reais.

Quadro 8

Funções Sociais — Em R\$ milhões — preços de out98

Função	Gasto Total 1994	Gasto Total 1998	Variação Percentual	Variação Absoluta
Segurança	410	488	19%	78
Saúde	140	338	141%	198
Educação	848	1.061	25%	213
Total	1.399	1.888	35%	489

Na Função Educação, se compararmos o último ano do governo anterior (1994), verificamos que essa despesa cresceu 25% em termos reais, atingindo R\$ 1.061 bilhão, com acréscimo absoluto de R\$ 213 milhões. Na Função Saúde e Saneamento para o mesmo período, foram injetados R\$ 198 milhões a mais que em 1994, com um acréscimo real de 141%. Com recursos próprios (exceto SUS), somente no ano de 1998 o Estado aplicará 8 % de sua receita tributária líquida. Na Função Segurança, do mesmo modo, foram bastante ampliados os gastos, com crescimento real de 19% e absoluto de R\$ 78 milhões.

3.3.3. Resultados Primário e Orçamentário

A meta fiscal básica do Programa consiste na redução da relação entre a dívida financeira e a Receita Líquida Real, de 2,20 em 1998 para 1,00 no ano de 2012. Para tanto, o Estado deverá gerar *superávits* primários suficientes para cobrir os serviços da dívida. No entanto, os Resultados Primários continuarão a ser deficitários, muito embora decrescentes nos exercícios financeiros de 1998, 1999 e 2000. Os recursos projetados pelo Governo gaúcho para cobrir os *déficits* primários, os serviços da dívida e as reservas para capitalização do Fundo de Aposentadoria e Pensão são decorrentes basicamente das alienações de bens neste período.

Através dos Quadro 9, pode-se observar a evolução das receitas e despesas fiscais do RS no período 1995 a 1997, conforme a execução orçamentária, assim como a projeção para o ano 1998, demonstrando-se os *déficits* primários e os *superávits* orçamentários no período.

Quadro 9

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS FISCAIS

R\$ milhões

Discriminação	Valores Correntes			1998(1)
	1995	1996	1997	
Receitas Fiscais (2)	4.614	5.538	5.667	6.367
Despesas Fiscais	5.019	6.156	6.434	7.521
➤ Pessoal e Enc.	3.052	3.858	3.905	4.320
➤ Transf. Municípios	1.080	1.272	1.321	1.513
➤ Investimentos (3)	388	423	513	989
➤ Dívida e outras	499	603	695	699
Resultado Primário	-405	-618	-767	-1.154
Resultado Orçamentário	-498,4	33,7	432,9	52

Fonte: Balanço Geral do Estado do Rio Grande do Sul 1995, 1996 e 1997.

Obs.:

(1) 1998 é projeção.

(2) Entende-se por receita fiscal, a receita total, excluídas as operações de crédito, alienações de bens e as receitas financeiras.

(6) Investimentos e Outras Despesas de Capital, as quais incluem outras despesas de capital e que corresponde ao total da despesa de capital excluída as amortizações de dívidas, os empréstimos concedidos e as transferências de capital.

A forma de financiamento dos déficits primários durante o período de 1995 a 1998 é explicada da seguinte maneira: o de 1995 resultou em atraso de obrigações financeiras do Estado, principalmente junto a fornecedores, os quais foram regularizados no ano seguinte; os de 1996, 1997 e 1998 foram cobertos com privatizações e operações de crédito. Cabe salientar que, diferentemente dos governos anteriores, houve os superávits orçamentários dos três últimos anos no quadriênio 1995-98.

O déficit primário projetado para o ano de 1998 está estimado em R\$ 1.154 milhões, R\$ 554 milhões superior à meta acordada com a STN (R\$ 600 milhões). O desempenho do produto estadual, cuja projeção é de -1% nesse ano de 1998, será inferior a previsão no Programa de Ajuste acordado com a STN de 4%, devido ao impacto da crise internacional na economia brasileira e seus reflexos na economia local. As implicações dessa conjuntura resultaram em crescimento da arrecadação, que embora positiva em 8,3%, será inferior à meta projetada no Programa, que era de 9,5%.

Pelo lado da despesa, a maior pressão decorrente da ampliação dos investimentos em infraestrutura, que estavam contemplados na estratégia de desenvolvimento do atual Governo, dificultou a redução compensatória do gasto público. O Governo procurou contrapor-se à recessão econômica no setor privado e evitar o desemprego crescente, fazendo com que se elevassem sobremaneira os investimentos públicos diretos, produzindo efeito anticíclico na economia gaúcha.

É importante destacar, entretanto, que o resultado orçamentário projetado será francamente positivo, ou seja, apesar do déficit primário ter-se situado acima do projetado, o resultado orçamentário será positivo em R\$ 52 milhões.

Como vimos, a diferença entre ambos é que para o resultado primário não estão computados os recursos obtidos com as receitas de privatização. Esse ponto é essencial ao entendimento da estratégia financeira estabelecida pelo atual Governo, que projeta para os próximos anos os resultados do fortalecimento e dinamização da economia gaúcha e o conseqüente crescimento das receitas fiscais.

3.3.4. Reestruturação do Sistema Financeiro Estadual e Renegociação da Dívida Pública

As principais vantagens obtidas pelo Tesouro do Estado com a reestruturação do Sistema Financeiro Estadual e na renegociação global da dívida pública foram:

- redução do custo financeiro das dívidas, da taxa selic ou equivalente, para IGP-DI mais juros de 6% ao ano;
- o financiamento de 50% dos custos reestruturação e capitalização do Banrisul pelo PROES em 30 anos com juros de 6% ao ano e correção monetária pelo IGP-DI;
- a criação da nova Agência de Desenvolvimento;
- alavancagem dos negócios do Banrisul na ordem de R\$ 2,0 bilhões, com a saída da dívida mobiliária e a capitalização pelo PROES;
- financiamento da maior parte da contrapartida (R\$ 522 milhões), em 30 anos com juros de 6% ao ano e correção monetária pelo IGP-DI;
- subsídio de R\$ 2.650 milhões, referentes à diferença entre o montante assumido pela União e o valor refinanciado ao Estado na data da efetivação do Contrato;
- redução dos serviços da dívida de 47% da RLR - eram todas “roladas” - para 16% da RLR, sendo 13% referente a dívidas intralimite e 3% a extralimite.

3.3.5. Alienação e Concessão de Ativos

O Quadro 11 apresenta a origem e destino dos recursos oriundos das alienações de bens, realizadas em 1996 e 1997, atualizado com o ocorrido no ano de 1998.

Pela leitura do Quadro 4 percebe-se que, em 1998, estava previsto o montante de R\$ 3,7 bilhões em receitas com alienações de participações acionárias. Conforme o Quadro 10, a seguir, foram realizados R\$ 2,1 bilhões com alienação de participações acionárias e R\$ 282 milhões referente à alienação da Carteira de Crédito Imobiliário da Cohab.

Algumas participações acionárias, previstas para serem alienadas em 1998, ficaram ainda em poder do Estado, sendo elas: Corag (R\$ 31 milhões); 49% das ações da Corsan (R\$ 300 milhões); CRM (R\$ 166 milhões); Procergs (R\$ 53 milhões); 1/3 da participação na Sulgás (R\$ 200 milhões); participação na Varig (R\$ 1,0 milhão), 49% da empresa de transmissão, realivada em R\$ 250 milhões, totalizando R\$ 1.001 milhão.

Os 49% da CEEE remanescente, que estavam avaliados em R\$ 700 milhões (Quadro 4), foram reavaliados em R\$ 825 milhões (Quadro 10).

Quadro 10
ORIGEM E DESTINO DOS RECURSOS ORIUNDOS DE ALIENAÇÕES
Ajustado para os anos de 1998 e 1999

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões correntes				
	1996	1997	1998	1999	TOTAL
Origem	633	1813	2331	3187	7964
1. Alienação de Participações					
Acionárias	633	1813	2049	1976	6471
CEEE -(notas 1,2, 3 e 4)	150	1779	872	1075	3876
CESA					0
CORAG				31	31
CORSAN 49% das ações ordinárias				300	300
CRM				166	166
CRT (nota 5)	483	34	1177		1694
PROCERGS				53	53
SULGÁS 1/3 da part.				200	200
VARIG				1	1
BANRISUL				150	150
2. Alienação de outros bens			282	1211	1493
CEE (Carteira Imobiliária e FCVS)				1211	1211
COHAB (Carteira de Crédito)			282		282
Destino	633	1813	2331	3187	7964

1. <u>Amortizações de Dívidas</u>	0	363	502	1861	2726
Conta gráfica MP 1560	0	0	0	650	650
Amortização Dívida CGTE			502		502
Custo das operações venda CEEE/CRT		363			363
Pagamento PROES				1211	1211
2. <u>Outras Destinações</u>	633	1450	1829	1326	5238
- Empréstimos à empr. privada – GM/FORD		253	200		453
- Outras (inclusive Invest. e Amort.)	633	1197	1629	1326	4785

(1) 1996 - Quantia referente à alienação ocorrida em 1996 junto à CADIP (antecipação por conta de privatização)

(2) 1997 -Alienação da Distribuidora Norte-Nordeste, oriunda de redução do capital da CEEE (R\$ 1,635 bilhões); alienação à CADIP (R\$ 101,7 milhões) e funcionários da CEEE (R\$ 42 milhões).

(3) 1998 – Participação do Estado na Redução de capital da Distribuidora Centro-Oeste (R\$ 370 milhões) e alienação da empresa de Geração Térmica, por conta de pagamento de dívida com a União (conta gráfica), no valor de R\$ 502 milhões.

(4) 1999 - Valor referente à alienação de 49% da empresa de transmissão (R\$ 250 milhões) e 49% CEEE remanescente (R\$ 825 milhões).

(5) 1996 -Quantia referente ao valor bruto da alienação da CRT (R\$130 + R\$567 milhões), subtraindo-se a despesa do BNDES (R\$ 43 milhões) e o custo com a aquisição das ações junto à CADIP (R\$ 171 milhões).

Elaboração: Secretaria da Fazenda RS

4. Considerações Finais

Todas nossas ações fiscais situaram-se dentro da estratégia de política econômica do Governo Britto, visando garantir o crescimento autossustentado da economia local. Embora provocando desequilíbrios primários no curto prazo, com a recomposição dos serviços públicos (melhoria dos salários e qualidade dos serviços), da infraestrutura básica (transportes, telecomunicações e energia) e o fortalecimento e dinamização da economia gaúcha (atração de novos investimentos), financiados pelo excedente das privatizações, o equilíbrio orçamentário seria alcançado no médio prazo.

Note-se que ao privatizar, o Estado resolveu dois problemas simultâneos: retirou do Tesouro o ônus pelo déficit das empresas estatais e equacionou o financiamento da expansão e melhoria da infraestrutura básica em telecomunicações e energia, com o aporte dos recursos privados dos novos proprietários das concessões.

No que se refere à resolução da dívida pública mobiliária, o Governo Gaúcho negociou com o Governo Federal solução global e duradoura, baseada no abatimento de parte do seu estoque com a privatização de ativos estaduais e o refinanciamento do saldo a longo prazo. Foi a única forma do Tesouro suportar este peso que, ofuscado pela

inflação alta durante mais de duas décadas, transformou-se numa herança incômoda na contabilidade da atual administração.

A renegociação global da dívida pública foi um passo decisivo para a redução do peso dos encargos financeiros do Tesouro do Estado, da ordem de 30% para 6% ao ano, gerando economia de R\$ 2,0 bilhões/ano.

Além disso, significa a recuperação da credibilidade do Estado junto aos investidores e organismos nacionais e internacionais de financiamento. Sua regularização permitiu a possibilidade de acesso a financiamentos internacionais da ordem de R\$ 850 milhões, destinados a investimentos nas áreas social e de infraestrutura.

No âmbito do Sistema Financeiro Estadual, além de preservar o Banrisul sob o controle do Estado, saneá-lo e capitalizá-lo, ficou restabelecida a margem do Banrisul para operações de crédito, antes comprometida para administrar a dívida pública.

Com a nova Agência de Fomento, o Estado volta a ter um poderoso instrumento centralizador de todas as iniciativas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e social do RS.

Com estas iniciativas de saneamento e reorganização da área financeira do Estado, abrem-se novas perspectivas para a que o RS retome o caminho do crescimento, contribuindo para a melhoria da vida dos gaúchos.

Por fim, os resultados concretos da política econômica e financeira para o Estado do Rio Grande do Sul, diferenciada dos governos anteriores, foram os superávits orçamentários dos três últimos anos no quadriênio 1995-98 (Tabela 3).